

**A CORRESPONDÊNCIA ENTRE LINGUAGEM E IDEIAS NO
 NOMINALISMO DE SEMELHANÇA: A EVOLUÇÃO DO PROBLEMA DA
 FORMAÇÃO DOS TERMOS GERAIS**

Claudio Henrique Marcos¹⁰⁴

Ísis Esteves Ruffo¹⁰⁵

Resumo: Abordaremos neste texto um problema sobre termos gerais: Como pode uma ideia particular referir-se a inúmeros outros particulares? Para responder a essa questão apresentamos, inicialmente, a posição de Berkeley que se configura como uma crítica às conclusões de Locke sobre o tema. Em seguida, apresentaremos a posição denominada nominalismo de semelhança, desenvolvida por Hume e que será o principal foco deste trabalho. Em um terceiro momento serão analisados os argumentos de Russell contra este tipo de nominalismo bem como uma possível defesa contra Russell desenvolvida na contemporaneidade por Rodriguez-Pereyra.

Palavras-Chave: Nominalismo. Semelhança. Universalismo. Termos Gerais.

**THE CORRESPONDENCE BETWEEN LANGUAGE AND IDEAS IN THE
 RESEMBLANCE NOMINALISM: THE EVOLUTION OF THE PROBLEM OF
 FORMATION OF THE GENERAL NAMES**

Abstract: I approach in this paper a problem about general names: How can a particular idea refer to numerous other particulars? To answer this question, I first present Berkeley's position as a critique of Locke's conclusions on the subject. Then I bring the position called resemblance nominalism, developed by Hume and that will be the main of this work. In a third moment Russell's arguments against this type of nominalism as well as a defense against Russell developed in the contemporaneity by Rodriguez-Pereyra will be analyzed.

Keywords: Nominalism. Resemblance. Universalism. General Names.

¹⁰⁴ Graduado em filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei em 2016. Atualmente é mestrando em filosofia com ênfase em Raciocínio, Conhecimento e Filosofia da Mente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro como bolsista CNPq.

¹⁰⁵ Graduada em filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei em 2016. Atualmente é mestranda em filosofia com ênfase em Metaética e Linguagem pela Universidade Federal de Minas Gerais como bolsista Capes.

INTRODUÇÃO

Uma das correntes filosóficas que investigam o conhecimento humano é chamada de *Empirismo*, ela possui algumas ramificações, mas sua ideia central é de que o conhecimento se dá *a posteriori*, isso quer dizer que conhecemos as coisas pela observação e experiência. O Empirismo surge para possibilitar uma construção de conhecimento que seja segura e clara e que ofereça uma garantia contra o ceticismo. Quando comparada ao racionalismo o empirismo sempre parece mais pessimista, pois de alguma forma dependemos de algo mais do que nós mesmos para conhecer, mas, por outro lado, oferece sempre mais possibilidades de verificação do que é enunciado.

Concentraremos-nos nas obras de George Berkeley e David Hume, empiristas ingleses do século XVII e XVIII. Investigaremos as inconsistências da linguagem, mais assertivamente as ideias gerais e a crítica ao abstracionismo sugerido por Locke. Tal tema se encaixa na problemática dos universais que, apesar de remontar as origens do pensamento ocidental, se consolidou de forma explícita na Idade Média. A discussão permanece até a contemporaneidade com várias vertentes, passando por severas objeções, entre elas o famoso argumento do Regresso ao Infinito de Bertrand Russell. Em resposta a isso, investigaremos a defesa do nominalismo de semelhança proposta por Gonzalo Rodriguez-Pereyra.

O intuito da linguagem é transmitir ideias, porém essa relação (linguagem-ideias) é problemática, pois será que toda palavra possui um correspondente ideal preciso? Uma única palavra pode sugerir à mente diversas ideias particulares, por exemplo, ao nos referirmos a “Triângulo”, tal termo pode nos remeter a triângulos escalenos, isósceles e equiláteros, também podemos representá-los mentalmente de muitas formas e cores diferentes, ou seja, a palavra “triângulo” nos refere a qualquer tipo de figura particular com exatos três ângulos internos. Mas como é possível que em uma única ideia possa conter tantos indivíduos distintos?

John Locke pretende sustentar que “as palavras vem a ser gerais por serem significativas de ideias gerais” (LOCKE, 1991, p. 95), com isso assume-se que ao pensar no triângulo a mente nos representa uma ideia isenta de particulares, construída a partir do que há de comum em todos os triângulos, mas não se restringindo a nenhum deles em específico. Tal ideia terá um tamanho, mas não grande ou pequeno, também

uma cor e certa proporção entre seus lados, mas nenhuma específica, pois qualquer característica definida é particular e, portanto, estranha à ideia geral abstrata.

Mas se a ideia geral não possui as particularidades de cada indivíduo, como se concebe uma ideia, que não terá nenhum atributo particular? Segundo Locke, essa construção é possível a partir da abstração, observando particulares e desconsiderando suas peculiaridades.

De acordo com Berkeley, a faculdade de abstrair jamais atingiria essa magnífica ideia. Abstrair de seres particulares suas particularidades seria algo impossível, devido a sua própria natureza. A abstração poderia ser concebida exclusivamente no que diz respeito às coisas que podem existir separadamente, como por exemplo, é possível abstrair da ideia de uma roseira cada um de seus componentes, a rosa, a folha, os espinhos e ainda todas as subpartes de sua estrutura, porém tanto a ideia da planta, como de suas partes terão características definidas.

Partilhando da mesma objeção Hume contesta as ideias universais afirmando que é “impossível conceber qualquer quantidade ou qualidade sem formar uma noção precisa de seus graus” (HUME, 2009, p. 42), por exemplo, ao se conceber a ideia de uma linha, embora o termo possa ser usado para designar qualquer linha, a imagem mental se refere exclusivamente a uma linha particular, pois “[...] é imediatamente evidente que o comprimento preciso de uma linha não é diferente nem distinguível da própria linha, assim como o grau preciso de uma qualidade qualquer tampouco é distinguível dessa qualidade.” (HUME, 2009, p. 43) com isso temos que a ideia geral de uma linha sempre aparece à mente com características definidas.

Considerando a perspectiva de Berkeley e Hume, ambos negam a existência de universais advindos da abstração, ou seja, que suas formas na mente sejam gerais e não particulares isso se deve ao fato de que, ao aceitarmos a existência dessas ideias gerais devemos responder às perguntas: de que forma existem? As encontramos na natureza? Onde? Como as apreendemos? Ao que parece aceitar a existência dessa ideia geral desprovida de características particulares gera mais perguntas do que respostas e, portanto, é uma teoria rejeitada por pensadores que visam uma economia ontológica. Também é uma teoria difícil de ser produzida empiricamente, pois esses universais não parecem ser experienciáveis para além da subjetividade. Quanto menos fatores estiverem envolvidos na construção da linguagem e do pensamento mais fácil será

investigar essas questões, por outro lado, aumentar o número de categorias requer ainda novas investigações sobre a natureza desses novos entes.

A solução proposta por Berkeley e mais especificamente por Hume afirma que utilizamos relações entre ideias particulares para “encaixá-las” em um mesmo grupo, entretanto o critério apresentado por Hume é um tanto controverso. Segundo o *Tratado da Natureza Humana*, a semelhança é a relação fundamental para estabelecermos quais particulares pertencem a uma mesma espécie, contudo essa solução enfrenta uma famosa objeção proposta por Bertrand Russell em sua obra *The Problems of Philosophy*, a saber, se a semelhança é o critério fundamental para formação das espécies, então a própria semelhança ou deve ser aceita como um universal ou como um particular. Aceitá-la como particular gera um regresso infinito, pois para definir a semelhança entre dois particulares como semelhante à de outros pares, implica assumir que são semelhantes porque outros particulares possuem relações semelhantes e assim sucessivamente ao infinito. Por outro lado, aceitar a existência de um universal enfraquece a teoria do nominalismo de semelhança, pois se é possível aceitar a semelhança como universal, por que não aceitar a existência de outros universais?

Em defesa do nominalismo de semelhança, Gonzalo Rodriguez-Pereyra afirma que ainda que se aceite a existência de um universal, a semelhança, isso não significa que aceitar todos os universais seja melhor do que negá-los, pois segundo Rodriguez-Pereyra, embora não seja uma questão de economia qualitativa é uma questão de economia quantitativa. Segundo Rodriguez-Pereyra, aceitar esse universal não é, contudo, necessário, porque a semelhança não é propriamente um particular tal como os indivíduos que ela vincula, nem mesmo um universal. Com isso podemos estabelecer que aceitar a relação de semelhança não culmina necessariamente no Regresso ao Infinito de Russell.

SOBRE A FORMAÇÃO DAS IDEIAS GERAIS PROPOSTA POR BERKELEY E HUME

Iniciaremos a temática sobre o problema dos universais através da exposição da posição de Berkeley sobre a impossibilidade das ideias gerais abstratas propostas por Locke disponível na introdução de sua obra *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, em seguida apresentaremos a posição de David Hume exposta

no Livro I, *Do Entendimento*, da obra *Tratado da Natureza Humana*, na seção 7 referente às ideias abstratas no qual sustenta a mesma posição encontrada em Berkeley, mas acrescenta alguns novos pontos, a saber, as ideias gerais são ideias particulares vinculadas a um mesmo termo através de um critério, a semelhança. Após isso acrescentaremos a esta discussão a famosa objeção de Bertrand Russell ao nominalismo de semelhança, o Regresso ao Infinito da explicação da semelhança como particular exposta na obra *The Problems of Philosophy*, no capítulo intitulado *The World of Universals*. Posteriormente exporemos uma defesa formulada pelo nominalista de semelhança contemporâneo Gonzalo Rodriguez-Pereyra, que pretende uma possível saída à objeção de Russell, exposta em sua obra *Resemblance Nominalism – A Solution to the Problem of Universals* no capítulo *Russell's Regress*.

Berkeley e Hume compartilham a posição de que o método proposto para explicar a natureza das ideias abstratas e de como elas se formam não é eficiente. Este método tradicionalmente aceito consiste, genericamente, em trabalhar as ideias provindas dos sentidos de forma a desassociar delas suas peculiaridades e considerar apenas aquilo que lhes são comuns. Uma ideia geral deve abstrair dos particulares todos os graus de qualidade e quantidade, pois um indivíduo não deixa de pertencer a um grupo por pequenas alterações em suas propriedades. Ao falar do termo geral “Quadrado” este termo deve referir-se a diversos indivíduos diferentes e particulares. Isso só parece possível por duas razões, segundo Hume:

1. Representar ao mesmo tempo todos os particulares possíveis sob este termo, ou seja, ter em mente todos os graus de qualidade e quantidade possíveis para “Quadrado”.

2. Ou não representar nenhum dos graus de qualidade e quantidade particulares.

A primeira hipótese parece sustentar uma capacidade infinita da mente e por isso é tida como impossível. Locke defende a segunda por base da impossibilidade da primeira, ele sustenta que o processo de formação das ideias abstratas se dá através de uma evolução da complexidade das mesmas, por exemplo,

1. Primeiramente seria possível formar a ideia de cor independente da de extensão, ou seja, abstraindo e considerando apenas um modo ou qualidade da coisa sensível.

2. Levando em consideração apenas as diferentes aparições dessa qualidade e as submetendo ao mesmo processo, alcançaríamos a ideia um pouco mais abstrata que é a de uma qualidade em geral, como cor ou movimento.

3. Por último, “[...] pela mesma separação mental, [o espírito] forma ideias abstratas de seres mais complexos que abrangem várias qualidades coextensivas.” (BERKELEY, 1980 p. 06), tal como a ideia de “humanidade” ou de “animal”.

Este raciocínio, entretanto, não parece correto, pois é impossível que qualquer impressão torne-se presente à mente sem uma noção precisa de seus graus de quantidade ou qualidade. “O comprimento preciso de uma linha não é diferente nem distinguível da própria linha [...]” (HUME, 2009, p. 43), pois tudo que existe tem suas proporções particulares. É impossível que exista na natureza uma figura como um triângulo e que não possua uma determinada relação precisa entre seus lados, isto é absurdo não somente na realidade, como também nas ideias, pois sendo as ideias cópias das impressões, então o que for válido para as impressões deverá também ser válido para as ideias.

A primeira refutação apresentada por Berkeley ao processo descrito é individualizada, ele se restringe a suas próprias capacidades e argumenta não ter essa “maravilhosa faculdade” capaz de alcançar os resultados previstos pelo processo. Afirma ainda que suas possibilidades de abstração se reduzem a “considerar partes ou qualidades separadas de outras com que estão unidas no mesmo objeto, mas possam existir sem elas” (*idem*, p. 7), isto é considerar partes integrantes de um todo, fora deste todo, “[...] posso considerar a mão, os olhos, o nariz separados do resto do corpo, mas olho e mão [e nariz] imaginados terão forma e cor particulares.” (*idem*, p. 7). Então é impossível formar ideia de uma qualidade que não possa ser empiricamente verificada sem as demais que a acompanham no objeto sensível e a eventualidade de se formar um termo geral construído por meio de particulares.

Em um trecho de *Essay on Human Understanding* citado por Berkeley, ele aponta que Locke parece ter sugerido claramente que o uso da linguagem implica ter ideias gerais: “As palavras vêm a ser gerais por serem significativas de ideias gerais” (LOCKE *apud* BERKELEY, 1980, p. 7), seu autor parece afirmar que as palavras que representam termos gerais possuem um correspondente mental ao que Berkeley

argumenta “que não por serem sinal de uma ideia geral abstrata, e sim de muitas ideias particulares, cada uma sugerível indiferentemente ao espírito.” (*idem*, p. 7).

Não dispomos de espaço para a discussão sobre qual o exato significado do termo ideia empregado por Berkeley e Hume em suas obras, mas cabe assinalarmos que para Berkeley as ideias presentes na mente não só são exatamente as percepções dos sentidos como o ser destas percepções só se encontra na mente (enquanto ideia). Apesar de terem um significado muito abrangente, podemos considerar as ideias como todas as coisas presentes no espírito e que correspondem exata e estritamente a todos os existentes, exceto ao próprio espírito, que juntamente as ideias são as únicas substâncias existentes. Portanto, salvo as ideias provindas da imaginação, que se distinguem pela força e intensidade, aquilo que está em meu espírito compõe a realidade sensível¹⁰⁶.

As ideias abstratas também são insustentáveis no pensamento de Hume, pois as ideias simples são cópias de nossas impressões simples, sendo que toda ideia simples possui uma impressão que a corresponda e vice-versa. Disso temos que toda ideia é posterior em relação às impressões. É possível formar também ideias das ideias, chamadas por Hume ideias secundárias, o que não invalida o fato de as impressões precederem as ideias, pois continua sendo verdadeiro que “as nossas ideias simples procedem, mediata ou imediatamente, de suas impressões correspondentes.” (HUME, 2009, p. 31). Temos, portanto que as ideias são cópias das impressões¹⁰⁷, distinguindo-se dessas apenas pela sua vivacidade, sendo as ideias como que impressões mais fracas. Como já mencionado, é impossível que a mente receba uma impressão isenta de proporções particulares, portanto é impossível também para a ideia.

Para ambos os autores, é evidente que a ideia geral é uma ideia particular com características específicas e não pode ser de outro modo, é impossível formar uma ideia sem proporções particulares. “As ideias abstratas são, portanto, individuais em si mesmas, embora possam se tornar gerais pelo que representam. A imagem na mente é apenas a de um objeto particular, ainda que a apliquemos em nosso raciocínio exatamente como se ela fosse universal.” (HUME, 2009, p. 44).

¹⁰⁶ Esta ideia é desenvolvida na obra de George Berkley, *O Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*.

¹⁰⁷ Esta ideia é desenvolvida na obra de David Hume, *O Tratado da Natureza Humana*, no livro I, do *Entendimento*.

As ideias gerais abstratas formadas pelo processo proposto por Locke parecem demandar um esforço impossível ou mesmo desnecessário para o raciocínio, pois requer a construção de uma ideia sem nenhuma base empírica, dado que empiricamente todos os seres possuem proporções particulares, enquanto que assumir que as ideias particulares podem ser representantes de ideias gerais exige apenas um esforço de organização dos dados dos sentidos recebidos pela mente.

A SEMELHANÇA COMO CRITÉRIO DE FORMAÇÃO DOS GÊNEROS

Assumir que uma ideia particular representa vários indivíduos diferentes requer, no mínimo, mais explicações. Berkeley sustenta que isso é possível através da representação que cada particular faz do grupo ao qual está vinculado. “[...] concordaremos – creio eu – que uma ideia particular, quando considerada em si mesma, torna geral quando representa todas as ideias particulares da mesma espécie.” (BERKELEY, 1980, p. 8). O autor faz uso do termo espécie como um parâmetro através do qual as ideias particulares são agrupadas, possibilitando que a imagem de um particular represente todos os integrantes do grupo. Entretanto, se usamos o termo espécie para agrupar as ideias, de onde este termo, sobretudo geral, surgiu? Não é ele mesmo uma ideia?

Berkeley reformula sua posição de forma a evitar esse problema, assumindo que “universalidade, tanto quanto compreendo, não consiste na absoluta, positiva natureza ou concepção de alguma coisa, mas na relação que significa entre particulares; por isso coisas, nomes e noções, por natureza particulares, tornam-se universais.” (*idem*, p.9).

Percebemos uma sutil sofisticação quando Berkeley reafirma sua posição quanto aos universais, nessa nova formulação o autor não faz referência a um suposto modelo no qual os particulares se encaixariam, entretanto não estabelece que tipo de relação ou critério possibilitaria que os particulares se tornem universais. Hume apresenta a *semelhança* como critério para justificar a vinculação de ideias particulares a um termo geral.

A relação de semelhança é possível porque ao formar na mente alguma ideia temos em potência todos os graus possíveis de quantidade e qualidade para aquele termo. Temos um hábito de agrupar certos particulares em um mesmo grupo. Essa explicação parece, sobretudo, convincente quando nos damos conta que nem sempre

certa relação de semelhança é percebida por todos igualmente. Por exemplo, indivíduos de diferentes culturas criam hábitos diferentes em relação aos critérios de formação de grupos.

Antes de formar esses hábitos a mente deve percorrer diversos indivíduos a fim de apreender o sentido de um termo geral aplicado a eles, no exemplo dado por Hume ele utiliza o termo “figura”, para isso é necessário conhecer a ideia de triângulos, quadrados, círculos e afins sem se fixar em nenhum deles em específico (HUME, 2009, p.46). Hume conclui, então, que as ideias gerais são ideias particulares que vinculamos a um termo geral, que é geral devido ao hábito. “[...] isto é, a um termo que, por uma conjunção habitual, relaciona-se com muitas outras ideias particulares, evocando-as prontamente na imaginação.” (idem, p.46).

Produzimos ideias universais a partir sempre de uma noção aproximada das coisas que o compõem. Nem sempre ao utilizar um termo geral ou uma ideia complexa temos noção de todas as ideias simples que a constitui, entretanto o hábito nos faz usá-los da maneira certa e saber que certos indivíduos fazem parte de um mesmo termo geral, os indivíduos são agrupados e subsumidos sob um termo geral em razão da semelhança que mantém entre si.

Pelo mesmo princípio, a saber, que as ideias particulares se tornam gerais em sua representação pelo costume, Hume explica a *distinção da razão*¹⁰⁸, que é a divisão feita pela mente de coisas que são indistinguíveis. É impossível, por exemplo, separar de uma figura sua cor, mas observando outra figura idêntica e de outra cor, podemos reparar que existem diferentes semelhanças entre elas, uma sendo de uma cor e outra de outra, embora as figuras sejam as mesmas. O hábito nos torna capaz de fazer essa distinção por meio da razão, “[...] consideramos a forma e a cor juntas, já que elas são de fato indistinguíveis e uma coisa só; mas a vemos também sob diferentes aspectos, de acordo com as semelhanças de que são suscetíveis.” (HUME, 2009, p. 49), dessa forma direcionamos nossa atenção para uma só característica, seja a cor ou a forma e podemos formar raciocínios sobre eles, deste modo podemos considerar diferentes figuras como semelhantes, independente das cores que apresentam, embora a cor continue sendo uma característica inseparável do corpo.

¹⁰⁸ Hume, 2009, p. 48.

O REGRESSO AO INFINITO DE RUSSELL E UMA DEFESA DO NOMINALISMO DE SEMELHANÇA APRESENTADA POR RODRIGUEZ-PEREIRA

A objeção que Bertrand Russell faz a esta solução é que pensadores como Hume e Berkeley focalizaram sua atenção somente em adjetivos e substantivos em relação ao problema dos universais.

Berkeley e Hume falharam em perceber essa refutação de suas rejeições às “ideias abstratas”, porque, assim como seus adversários, eles apenas pensaram sobre qualidades, e ignoraram, completamente, as relações como universais¹⁰⁹ (RUSSELL, 1980, p.55).

Entretanto as relações entre os nomes também enfrentam o problema de muitos-para-um, dessa forma o próprio critério semelhança é um problema. A fim de evitar ideias abstratas como a “brancura” ou “triangularidade” Hume propõem que devemos escolher um modelo mental, extremamente flexível, ao qual podemos vincular outro particular com características semelhantes.

Desse modo temos que:

- Dizemos de uma coisa que é triangular porque ela é semelhante a outros particulares triangulares.
- A semelhança se estabelece em pares. A é semelhante a B, C é semelhante a D.

Contudo, segundo Russell, esta relação de semelhança apresenta um problema, pois assumindo a semelhança como um particular ela existe entre os pares e entre as próprias relações. Por exemplo, nomearemos a sentença “A é semelhante a B” como X e “C é semelhante a D” como Y e “G é semelhante a F” como W, temos então que: “a sentença X é semelhante a sentença Y”, posto que as duas se referem a uma mesma relação – semelhança – e a sentença “X é semelhante a Y” é semelhante a sentença “Y é semelhante a W” e assim se seguiria *ad infinitum*. (RUSSELL, 1980, p. 55).

A conclusão de Russell é que se a semelhança é um particular então a explicação da ideia de semelhança caíra em um *regresso ao infinito*, por outro lado a alternativa é ser um universal e uma vez que o nominalista de semelhança admita isso, então não há razões para negar a existência de outros universais. “E sendo forçados a admitir esse universal, nós percebemos que não vale a pena inventar teorias difíceis e implausíveis

¹⁰⁹ Essa e as outras traduções disponíveis neste texto são de responsabilidade de seus autores.

para evitar a aceitação de universais tais como brancura e triangularidade.” (RUSSELL, 1980, p.55), seria, então, uma crítica baseado no princípio de parcimônia.

De fato a objeção de Russell atinge à solução proposta por Hume, que estabelece que a semelhança é uma relação e, portanto, ideia complexa “[...] são os objetos comuns de nossos pensamentos e raciocínios, devendo-se geralmente a algum princípio de união entre nossas ideias simples. Tais ideias complexas podem ser divididas em *relações, modos e substâncias*” (HUME, 2009, p. 37, grifos do autores). Como defendido por Hume as ideias são sempre particulares em si mesmas, desse modo a semelhança é um particular o que implica no regresso ao infinito enunciado por Russell.

Entretanto, outro autor se insere na discussão. Rodriguez-Pereyra pretende reforçar o nominalismo de semelhança alterando as bases nas quais Hume se apoia. Em primeiro lugar, Rodriguez-Pereyra sustenta que não é a semelhança entre particulares que confere características ao ente: “De qual classe Sócrates deve ser membro para fazer dele branco? Claramente apenas da classe dos particulares brancos, mas [...] é Sócrates ser branco que faz dele um membro dessa classe, não o contrário” (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002, p. 114).

Isso significa que as coisas possuem propriedades e a semelhança se estabelece a partir disso, ou seja, podemos agrupar coisas em razão das propriedades, mas a razão não pode ser o próprio grupo, tal como Berkeley parece sugerir. Neste ponto a posição de Rodriguez-Pereyra está próxima de Hume, pois este estabelece que a semelhança é uma relação que salta imediatamente aos olhos “[...] e pertencem mais propriamente ao domínio da intuição que ao da demonstração.” (HUME, 2009, p. 98).

Assumindo os pressupostos acima, o que pode confirmar a proposição “A é semelhante a B”?

É sobre este ponto, principalmente, que se desenvolve o nominalismo de semelhança sustentado por Rodriguez-Pereyra. Segundo ele, a verdade da proposição “A é semelhante a B” se dá exclusivamente em A e B conjuntamente, pois a verdade de uma proposição é estabelecida a partir dos “*truthmakers*” da proposição.

1. “A entidade E é um *truthmaker* de ‘S’ se e apenas se E é uma entidade em virtude da qual ‘S’ é verdadeiro” e

2. “[...] Se E_1, \dots, E_n são conjuntamente *truthmakers* de ‘S’ então ‘ E_1 existe &...& E_n existe’ implica ‘S’.” (RODRIGUES-PEREYRA, 2002, p.34 – 39).

Com isso temos que “Se A existe e B existe, então A é semelhante a B” sendo “A existe” e “B existe” os *truthmakers* da proposição e, uma vez que os *truthmakers* existam, então a proposição é necessariamente verdadeira.

Rodriguez-Pereyra argumenta, também, que se as semelhanças não se assemelham entre elas, então não existe o Regresso de Russell. Sendo a semelhança um fato que surge na relação entre dois objetos – pois não se pode dizer de um objeto sozinho que ele é semelhante – então não é uma propriedade que existe nos particulares em si mesmos, a semelhança implica uma relação. Segundo Rodriguez-Pereyra não existe uma entidade como “a semelhança entre A e B”, logo a semelhança não é exatamente um particular, ela é um *tropo*, “[...] a semelhança entre a e b não é um particular como A e B [...] Parece que a única forma de dar sentido as semelhanças como particulares é tratá-las como tropos” (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002, p. 113). Por tropo, podemos entender propriedades, mas que não instanciam universais do tipo “brancura” ou “triangularidade”; são propriedades particulares, desse modo a semelhança também não é um universal.

Ainda na possibilidade de se assumir que a semelhança é um universal tal como uma entidade, como proposto por Russell, isso não implica no universalismo, a semelhança ainda seria uma relação primitiva, pois todas as propriedades podem ser reduzidas a fatos de semelhanças. E ainda a teoria continuaria a enfrentar os mesmos problemas do nominalismo de semelhança, e por esta razão que Rodriguez-Pereyra denomina essa teoria como uma versão do nominalismo de semelhança. (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2002, p.123).

Quanto à objeção de Russell sobre a economia qualitativa da teoria Nominalista, Rodriguez-Pereyra assume que é importante considerar também a economia quantitativa, apesar de possuir menos peso. Embora, qualitativamente Russell atinja o nominalismo de semelhança de Rodriguez-Pereyra, ele ainda é preferível ao universalismo por uma questão de economia quantitativa porque uma teoria que admita *n* universais de semelhança ainda será qualitativamente mais econômica que um universalismo que postula um universal para cada propriedade determinada. Com isso Rodriguez-Pereyra afirma que Russell estava equivocado nos dois pontos de sua objeção ao nominalismo de semelhança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

David Hume assume que a semelhança é o critério para agrupar diversos indivíduos sob um mesmo grupo, ou sob um mesmo nome, entretanto Hume destaca que as relações também são ideias e como tais somente podem ser particulares em si mesmas, é sobre este ponto que se faz a objeção de Russell quanto ao Regresso, a objeção é justificada, mas devemos ressaltar que o próprio Hume não estabelece ao certo que tipo de natureza possui a semelhança, pois de fato ela é percebida pela intuição, não sendo fruto de uma demonstração. A semelhança é um pré-requisito para a formação da linguagem, tanto quanto a identidade ou a total dessemelhança, pois todas essas coisas parecem se formar ao mesmo tempo – não faria sentido falar em diferença se não há o idêntico. Portanto, a semelhança pode ser entendida como uma capacidade da mente oriunda de um estágio evolutivo anterior ao estágio do homem atual, o que é difícil de afirmar com certeza, pois pode ocorrer da linguagem e capacidades cognitivas desenvolverem-se ao mesmo tempo, embora uma não possa desenvolver-se sem a outra.

Assumindo que a semelhança seja um pré-requisito para a formação da linguagem, então não é adequado avaliar sua origem da mesma forma que se avalia a origem de outras palavras, a forma de evitar o regresso ao infinito, bem como a existência de uma entidade de semelhança é assumir que a própria semelhança não é uma ideia da mesma natureza que as outras, pois embora sua origem seja empírica é certo que a semelhança não é encontrada pura no ambiente, ela é uma forma de produção, de associação entre seres distintos e que não existe na coisa mesma. Assumindo que a semelhança seja uma intuição, então podemos defendê-la como um tipo de hábito de associar certas propriedades das coisas de certa forma, e isso justifica as diferenças culturais sobre a formação de grupos, pois em último caso a semelhança possui sempre algo de arbitrário e injustificável demonstrativamente.

REFERÊNCIAS

BERCINI, Valéria C. *O argumento de Russell contra o Nominalismo de Semelhança*. Disponível em [http://www.filosofia.ufpr.br/var/1315957262Valeria\[1\].Bercini.pdf](http://www.filosofia.ufpr.br/var/1315957262Valeria[1].Bercini.pdf), acessado em 04/01/2014 às 14h50min.

BERKELEY, George. *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*. Trad.: Antônio Sérgio. São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed. 1980.

COXITO, Amândio A. *Luis A Vernei e a Filosofia Europeia de seu Tempo: O problema dos universais*. Revista Filosófica de Coimbra nº 06. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/luis_a_vernei, acessado em: 24/01/2014 às 17h45min.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Trad.: Déborah Danowski. São Paulo: UNESP, 2ª edição, 2009.

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. Trad.: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultura, 5ª edição, 1991.

LOPES, Lucas Miotto. Sobre a Regressão Infinita de Russell Contra o Nominalismo de Semelhança. Disponível em: <http://criticanarede.com/semelhanca.html>, acessado em: 06/01/2014, às 19h.

LOUX, Michael J. *Nominalismo*. Disponível em: http://criticanarede.com/met_nominalismo.html, acessado em 06/01/2014, às 18:40 min.

RODRIGUEZ-PEREYRA, G. *Resemblance Nominalism: A solution to the problem of universals*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 9ª edição, 1980.

SOARES Edvaldo. *Realismo, Nominalismo e Cartesianismo: Sentido e natureza das ideias como representações do mundo*, Revista Prometeus. Disponível: <http://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/821>, acessado em 07/01/2014 às 11h40min.

WILLIAMS, Michael. *O que é a Epistemologia?* Disponível em: http://criticanarede.com/fil_queeaepist.html, acessado em 06/01/2014 às 19h18min.